

¹⁹AHU Luisa da Fonseca. Cx. 9/Doc. 1094

²⁰AHU Luisa da Fonseca. Doc 1093.

²¹Suspender a sentença.

²²AHU, Luisa da Fonseca, Documento 1128.

²³AHU, Luisa da Fonseca, Documento 1129.

²⁴Sobre querelas entre religiosos e seculares na Bahia setecentista ver: BEHRENS, Ricardo Henrique B. A capital colonial e a presença holandesa de 1624-1625. Dissertação de Mestrado. UFBA, 2004.

²⁵COSENTINO, Francisco Castro Cardoso. Governadores gerais do Estado do Brasil (Séculos XVI e XVII): ofícios, regimentos, governação e trajetórias. Tese de Doutorado, UFF, 2005.

²⁶OLIVAL, Fernanda. As ordens militares e o Estado Moderno. Honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789). Lisboa, Ed. Estar, 2001. P. 20.

²⁷OLIVAL, Fernanda. Op. Cit. P. 21.

Cultura Política e Cidadania no Brasil (1986-2002): A construção de uma visão de mundo neoliberal

Flávio Henrique Calheiros Casimiro*

A relação entre história e memória constitui-se em permanente reflexão para o historiador preocupado com o mundo contemporâneo, na medida em que o Tempo Presente é o Tempo da Memória, isto é, o presente é um conteúdo da memória que constitui o substrato identitário das diferentes sociedades e a memória possibilita o desvendamento do presente. Muito se discute sobre o papel do historiador diante das questões relacionadas ao presente. Assim sendo, a proposta que se segue consiste em articular a memória social do presente a um exercício de inteligibilidade da História.

Na década de 1980, a sociedade brasileira passou por um importante processo de politização que pode ser percebido na organização e mobilização das diferentes forças sociais do País, assim como na luta política que se desenvolveu por meio de uma série de movimentos tais como a Campanha das Diretas, em 1984; a eleição indireta de Tancredo Neves; a instauração da Nova República, em 1985; as eleições para a Constituinte, em 1986; o debate que se travou no Congresso Constituinte até a promulgação da nova Carta, em 1988; a campanha para a Presidência da República, em 1989; o *impeachment* de Collor, em 1992; para citar apenas os fatos políticos mais difundidos nos meios midiáticos.

Esse processo abriu no Brasil fortes expectativas de que a abertura no bloco de poder permitisse avanços no processo de democratização do Estado e de socialização da política, além de ampliar o espaço de debate político, nas dinâmicas decisórias e no processo de repartição dos recursos de poder. Contrariando tais expectativas, a conjuntura dos anos 90 aponta para uma

mudança no referencial de cidadania e o crescimento de uma mentalidade extremamente consumista, pautada na valorização demasiada da imagem e da *performance* individual. Nessa perspectiva, temos, de um lado, a concepção do Estado como o espaço do atraso, incompetência administrativa e privilégios; de outro, uma grande valorização da esfera privada e do mercado como reduto da liberdade e eficiência, atributos fundamentais para a modernização do país. Essas idéias ganharam um caráter de verdadeiro “senso comum”, sendo amplamente difundidas no conjunto da sociedade brasileira.

Quais elementos teriam sido responsáveis para esse deslocamento do conceito de cidadania? De que forma operou-se, na sociedade brasileira, a construção e a difusão dos valores desta concepção de mundo?

O cerne deste trabalho consiste em analisar essa redefinição do conceito de cidadania no Brasil no período compreendido entre 1986 a 2002, entendendo esse processo como uma construção ideológica de uma visão de mundo. Nesse sentido relacionamos o desenvolvimento de uma cultura pautada na supervalorização da imagem e do consumo, ao discurso da doutrina neoliberal, que se porta como um alicerce teórico e ideológico fundamental para a difusão desta concepção de mundo, assim como para sua materialização política. É importante perceber a constituição de uma cultura histórica cujo propósito é compreender a relação entre os sujeitos e a temporalidade, ou seja interpretar como os agentes lidam com seu passado, presente e futuro.

Pautados na concepção de História do Tempo Presente e nas noções de “cultura política” e “cultura histórica”, procuramos perceber a construção de um discurso neoliberal no Brasil. No início da década de 1990 acompanhamos a adesão da política brasileira ao discurso hegemônico neoliberal, que, segundo os defensores desta concepção, garantiria aos grandes países da periferia uma nova era de prosperidade, a partir das políticas de “abrir, privatizar e estabilizar”, receituário batizado na América

Latina como “Consenso de Washington”. A “*Dama de Ferro*”, Margaret Thatcher, sintetiza bem o sentido do novo credo neoliberal: “Não há e nem nunca houve essa coisa chamada sociedade, o que há e sempre haverá são indivíduos”. Fórmula que ela completou com um princípio lapidar de fundo moral para abençoar o consumismo e o espírito da concorrência agressiva: “*A ganância é um bem*”.¹ Entretanto essas idéias liberais já circulavam em certos setores da sociedade brasileira desde o início dos anos 80. De acordo com a cientista social Denise Barbosa Gros:

*A argumentação liberal vem sendo utilizada periodicamente por frações dessa burguesia para clamar contra a intervenção do Estado na economia. Os meios acadêmicos e políticos também produziram pensadores liberais do peso de Eugenio Gudín, Roberto Campos e José Merquior, dentre outros.*²

Buscamos analisar a significação do passado e as estratégias de construção discursiva desta visão de mundo utilizando as memórias de um dos mais importantes intelectuais liberais do Brasil, o economista Roberto Campos. Por outro lado, apontamos a difusão midiática deste discurso, tendo como fonte a revista *Veja*. O exame crítico destas fontes não difere de outras épocas históricas no que tange à ação do tempo, do poder, da produção e tampouco das interpelações de seu próprio momento. Por conseguinte, podemos perceber, a partir da análise dos discursos, a construção midiática de uma memória coletiva, tendo em vista essa memória como espaço fundamental para o embate das relações de poder na sociedade. Esse diálogo entre memória e mídia possibilita-nos, então, uma série de reflexões para compreender as relações entre imprensa e poder.

O passado é ressignificado no intuito de funcionar como alicerce de sustentação de um discurso no presente. Um dos grandes representantes intelectuais do pensamento liberal no Brasil, o economista Roberto Campos em suas memórias aponta

como responsável por todas as mazelas do século XX, o que ele chama de coletivismo. Segundo Campos o breve século XX teria começado com a revolução russa de 1917 e terminado com a queda do muro de Berlim em 1989. Para Campos, o “*século do coletivismo*” foi responsável tanto pela morte de milhões de seres humanos pelo experimento socialista e pelo nazi-fascismo, como pelo nacionalismo que inviabilizou o desenvolvimento de países como o Brasil.³ Desta forma, esse coletivismo, em sua mobilização de setores sociais, que, para algumas linhas interpretativas, como o marxismo, representou um avanço no sentido de politização e aumento do espaço de reivindicação de direitos, é ressignificado como o grande mal do século. A intervenção do Estado na economia, o nacionalismo e a mobilização de massas figuram nessa releitura do passado como elementos que inviabilizaram, em diversos momentos de nossa história, uma inserção na “marcha do progresso”. A memória do passado é restituída tanto para caracterizar os infortúnios do presente como para legitimar as propostas e projetos para o futuro.

Passagens importantes da história nacional são lembradas e ressignificadas com o intuito de dar sustentação aos argumentos liberais. O passado se configura como um instrumento fundamental de justificação do discurso. Como exemplo, podemos apontar a posição de Roberto Campos em relação ao programa de desenvolvimento do petróleo brasileiro nos anos 50. O economista critica com veemência a política adotada pelo Brasil em relação à produção de petróleo, onde o slogan “o petróleo é nosso” seria um discurso característico daquilo que, para ele, havia de pior na cultura política brasileira que foi o nacional-populismo. “Nunca entendi por isso, durante as discussões do Estatuto do Petróleo, no governo Dutra, os devaneios nacionalistas, segundo os quais a exploração do petróleo por empresas estrangeiras significaria uma espécie de penhora da independência”.⁴

Entre as irracionalidades brasileiras se destacava a campanha do petróleo é nosso em favor do monopólio petrolífero, que acabaria sendo votado pela Lei 2.004, de outubro de 1953.(...) As restrições à remessa de lucros já haviam desencorajado o ingresso de capitais, e a discussão sobre o monopólio do petróleo configurava uma tendência de proibição do ingresso de capitais numa área crítica para restauração da solvência brasileira. Éramos um país de endividados e insolvente, que rejeitava capitais estrangeiros, numa das poucas áreas para as quais seria possível atraí-los.⁵

Segundo Campos esta concepção nacionalista em relação à produção mineral fora responsável, na época, pelo atraso do Brasil em seu desenvolvimento de programas de exploração dessas riquezas e, por conseguinte, impediu que o país se modernizasse e desenvolvesse economicamente. Desta forma, a defesa de uma produção nacional e independente dos recursos internacionais é requalificada por Campos como uma política populista que teria comprometido uma grande oportunidade de abertura internacional e a integração do Brasil a uma política modernizadora liberal.

A idéia de desenvolvimento independente da intervenção estrangeira é apontada pelo economista como um grande equívoco. Ele lembra que nos anos 50 foi intenso o debate em torno dos modelos para o desenvolvimento econômico brasileiro. A tônica da discussão girava em torno de perspectivas que defendiam um desenvolvimento independente, com uma economia regulada pelo Estado e, por outro lado, modelos que defendiam o desenvolvimento econômico pautado na abertura econômica ao capital estrangeiro. Roberto Campos classifica como desnecessária essa discussão e ao defender uma abertura internacional é enfático em sua crítica à posição protecionista da política brasileira.

A falácia dessas diferentes taxonomias só viria a ser contundentemente demonstrada na década de oitenta, com o espetacular sucesso das economias periféricas do leste asiático, que, numa estranha reversão

*de posições, passariam a provocar, nos países do centro, o receio de desindustrialização. A experiência asiática demonstrou que a diferença relevante não é aquela entre desenvolvimento espontâneo ou derivado, central ou periférico, dependente ou independente. A diferença relevante é entre o desenvolvimento orientado para a exportação, que impõe o constrangimento da eficiência, ou o desenvolvimento introvertido, que acoberta ineficiências através do protecionismo.*⁶

A experiência de desenvolvimento dos países asiáticos demonstra, na argumentação de Roberto Campos, que, o que realmente importava era a abertura internacional. Toda essa discussão em torno do nacionalismo e da defesa de uma produção e desenvolvimento independente das pressões internacionais era, não só, uma discussão desqualificada, como acabava por promover uma condição de ineficiência e inércia da economia nacional. No entanto, Campos critica que o começo dos anos 50 foi vincado por essa irrupção nacionalista que acabou sendo uma marca tradicional do pensamento varguista. O efeito perverso desse nacionalismo de Vargas estaria em que, ao tentar proteger a produção nacional da entrada de capitais estrangeiros, acabava por preferir financiamentos a investimentos diretos. Nesse sentido o economista afirma, “como costumava dizer à época, os investimentos diretos geram *sócios complacentes*, enquanto que os empréstimos podem gerar *credores implacáveis*”.⁷

Já na fase preparatória do governo Kubitschek, foi proposto por Roberto Campos e Lucas Lopes (conselheiro técnico da Comissão Mista Brasil – Estados Unidos / CMBEU) um programa de reforma cambial com a idéia de preservar a viabilidade do balanço de pagamentos e um programa de estabilização monetária de modo a evitar explosão inflacionária. “Ambos esses programas, despertaram pouco interesse em Juscelino, mais um *tocador de obras* que um estadista de perspectivas”.⁸ Campos critica que o Brasil não tinha um planejamento macroeconômico atendo-se exclusivamente a propostas setoriais e classifica o ex-presidente Juscelino Kubitschek como um *tocador de obras*. Esses discursos

apontam para a idéia de como o Brasil, em diversos momentos e circunstâncias, perdera a oportunidade de “*deslanchar*” e partir para um desenvolvimento realmente consistente, em virtude de posições políticas equivocadas e falta de visão administrativa de seus dirigentes.

O conceito de cultura política mostra-se extremamente pertinente na análise destes discursos, uma vez que permite reconstruir o comportamento político de indivíduos e grupos, tendo em vista suas próprias representações e visões de mundo, com as quais definiriam suas memórias, vivências e sensibilidades. A posição contrária aos monopólios estatais e ao nacionalismo é enfatizada por Roberto Campos em vários processos e discussões políticas.

*Estatal sem monopólio era o meu lema da época. Modelos de mobilização restritiva nunca foram, aliás, de minha simpatia. Lutei contra o monopólio da Petrobrás por julgá-lo um modelo de mobilização restritiva. Lutei depois contra a lei de informática, de 1984, porque se baseava no mesmo princípio de rejeição de capitais estrangeiros, numa pretensão irrealista de autonomia tecnológica. Descambamos para uma espécie de isolamento tecnológico extremamente detrimetoso. Lutei também, na constituinte de 1988, contra o terceiro modelo excludente – a exigência de maioria de capitais nacionais na exploração mineral. Essa exigência é particularmente irrealista na fase de pesquisa, extremamente arriscada e pouco atraente. Em todos os três casos fui derrotado. Em todos os três casos estava redondamente certo. (...) Estive certo quando tive todos contra mim.*⁹

Neste trecho, também podemos perceber uma posição teleológica na argumentação de Campos. O economista trata dos embates políticos discutidos a partir de sua posição no presente. O fracasso de um modelo econômico do presente é utilizado para dar sentido a suas posições políticas no passado. É importante perceber a forma com que indivíduos e grupos lidam com a temporalidade, ou seja, como interpretam sua relação com o passado, presente e futuro dentro de uma “cultura histórica”.

Além disso, como esses atores fazem uso dessa memória como critério de legitimação dos discursos.

Ao criticar enfaticamente a interferência política na esfera social, econômica e cultural, os neoliberais questionam a própria noção de direito e a concepção de igualdade que serve (ao menos teoricamente) como fundamento filosófico da existência de uma esfera de direitos sociais nas sociedades democráticas. Desta forma o próprio conceito de cidadania em que se baseia a concepção universal e universalizante dos direitos humanos (políticos, sociais, econômicos, culturais e etc.) teria gerado, segundo os neoliberais, um conjunto de falsas promessas que orientam ações coletivas e individuais caracterizadas pela improdutividade e pela falta de reconhecimento social no valor individual da competição. É neste quadro que se reconceitualiza a noção de cidadania, através de uma revalorização da ação do indivíduo enquanto proprietário. O modelo de homem neoliberal é o cidadão privatizado é o cidadão consumidor.¹⁰

A busca de um passado não pode ser desvinculada das demandas e exigências de um tempo presente e, por esta razão, sua compreensão é também parte da inteligibilidade de uma cultura histórica que aciona experiências, imagens e atores do passado para uma contemporaneidade que procura nesse tempo que ficou para traz referências para imaginar o mundo em que vive.¹¹ Essa noção de cultura histórica tendo em vista a relação que uma sociedade mantém com seu passado, encontrada em Jacques Le Goff¹², se mostra enriquecedora na compreensão de como certas interpretações do passado são produzidas e consolidadas através do tempo, integrando-se ao imaginário e à memória coletiva de grupos sociais. Nesse sentido, Roberto Campos revisita o passado para demonstrar que suas concepções, outrora rechaçadas, foram legitimadas, *a posteriori*, pelo próprio curso da história.

Em nenhum momento consegui a grandeza. Em todos os momentos procurei escapar da mediocridade. Fui um pouco

apóstolo, sem a coragem de ser mártir. Lutei contra as marés do nacional-populismo, antecipei o refluxo da onda. Às vezes ousei profetizar, não por ver mais que os outros, mas por ver antes. Por muito tempo ao defender o liberalismo econômico, fui considerado um herege imprudente. Os acontecimentos mundiais, na visão de alguns, me promoveram a profeta responsável.¹³

A reconstrução histórica é necessária mesmo quando a memória social preserva o testemunho direto de um acontecimento, pois cabe ao historiador questionar e problematizar este testemunho, não por duvidar do relato, mas por dispor de um olhar crítico no sentido de apontar as estratégias discursivas que introduzem informações fundamentais, na medida em que essas narrativas se constituem como signos ideológicos. "O domínio do ideológico coincide com o domínio dos signos: são mutuamente correspondentes (...). Tudo que é ideológico possui um valor semiótico".¹⁴ Nesse sentido, na análise dos discursos é preciso articular memória e conhecimento histórico, a fim de levantar e problematizar os artefatos ideológicos inseridos na narrativa. A concepção de culturas políticas propõe um sistema de representações capaz de compreender os sentidos que determinado grupo atribui a uma dada realidade social, bem como o papel fundamental exercido por uma cultura histórica para a significação e legitimação de um dado discurso.

Os meios de comunicação exercem um papel fundamental para a construção e a difusão destes valores na sociedade. Como exemplo de discurso midiático alicerçado em uma ressignificação do passado, com o objetivo de uma doutrinação ideológica do presente, podemos apontar a entrevista da revista *Veja* na edição de 21 de junho de 1989, com o economista Roberto Campos, que frisa: "Estamos perdendo a oportunidade de participar da corrente mundial de desenvolvimento. Vivemos num país mercantilista, pré-capitalista. (...) Faltam aos nossos governantes idéias mobilizadoras que acabem com a letargia em que estamos imersos".¹⁵ Mais adiante, o entrevistado aponta com mais clareza sua concepção:

Acho que o Brasil precisa de duas visões mobilizadoras. A primeira é a do capitalismo democrático, quer dizer o casamento da democracia política com a economia de mercado, isso que se chama de neoliberalismo. A segunda visão está na integração do país no mercado mundial. O Brasil não faz nenhuma dessas duas coisas e está fora da corrente do progresso. Nosso país não apresenta hoje as características essenciais da modernidade, (...). Essas características se centram sobre alguns princípios – privatização, desregulamentação da economia, abrandamento fiscal e integração no mercado mundial. O Brasil faz tudo ao contrário. (...) O fato é que a economia mundial marcha para uma integração e só o Brasil parece não ter descoberto isso. O país está fora de moda. (Grifos meus).¹⁶

Podemos perceber, tanto na análise das memórias de Roberto Campos, como em sua entrevista para a revista *Veja*, a idéia de uma necessidade de “modernizar” o Brasil, de inserir o país na grande “corrente do progresso” em que todo mundo estaria mobilizado e o Brasil estaria de fora, como afirma Campos, “*fora de moda*”. Essa idéia de tirar o Brasil de uma condição histórica de letargia e inserir o país em uma aliança mundial de progresso, se posta como uma recorrente estratégia de legitimação do discurso liberal.

A dicotomia entre retrocesso e modernização mostra-se sempre presente nessas argumentações. O Brasil é sempre apontado como o campo do atraso e das idéias ultrapassadas, ao passo que os países que adotaram uma política de mercado neoliberal, são vistos como inseridos na “marcha do progresso”, munidos de idéias inovadoras características de sociedades “modernas”. Essas questões podem ser verificadas em publicações como em “Ponto de Vista” de dezembro de 1988, onde, em matéria intitulada “Já estamos no socialismo”, o jornalista Luciano Suassuna defende que: “O Brasil já é, há muito tempo, um país socialista. (...) O Brasil já tem a economia nas mãos do Estado, os propinodutos, a burocracia e até as dachas”. E conclui enfatizando: “Como sê vê o socialismo já chegou, disfarçado num capitalismo arcaico e ineficiente”. Em entrevista

de dezembro de 1989, o então Ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega destaca que “O Estado precisa ter o seu papel redefinido no Brasil para que sejamos um país moderno. (...) Até mesmo os países socialistas estão concordando com isso e alterando seus rumos”.¹⁸ Percebe-se, nos fragmentos, o discurso que relaciona a política brasileira à dos países socialistas, qualificando-os como símbolos do sucateamento e de uma mentalidade retrógrada. A saída para a modernização, mais uma vez, estaria na concepção de mundo neoliberal. Essas declarações expressam e sintetizam, na verdade, um ambicioso projeto de reforma ideológica por meio da construção e difusão de um novo senso comum que fornece coerência, sentido e uma pretensa legitimidade às propostas de reforma impulsionadas pelo bloco dominante.

Por meio do exame destas fontes, procuramos analisar a construção de uma hegemonia do pensamento liberal. Isso não quer dizer que não exista forças sociais de resistência em relação a essa doutrinação. Ao contrário, é importante perceber a tensão constante entre as diferentes culturas políticas. Os meios de comunicação são importantes trincheiras na luta pelo consenso na sociedade civil. A idéia de hegemonia implica a permanência de tensões e projetos contra-hegemônicos. “Competindo entre si, complementando-se, entrando em rota de colisão, sua multiplicidade não impediria, contudo a possibilidade de emergência de uma cultura política dominante em certas conjunturas específicas”.¹⁹

O que esses discursos apontam não são apenas questões relacionadas ao universo político-econômico nacional, mas, em grande medida, a construção de uma *visão de mundo neoliberal*. Fica clara a importância de se perceber a influência do neoliberalismo no Brasil, não simplesmente como adoção de políticas impostas por países centrais do capitalismo, partindo do centro político decisório para, posteriormente, chegar à sociedade, mas sim como uma matriz ideológica que foi difundida por setores da sociedade e, posteriormente, instrumentalizada

em políticas adotadas pelo Estado, nos anos 90. Esse processo é resultado da ação de agentes, grupos sociais e instituições, que, por meio de estratégias de legitimação ideológica buscaram estabelecer seus valores como consenso. Desta forma, o importante aqui é que ressaltar a implicação do neoliberalismo enquanto ideologia. Anderson afirma que o neoliberalismo é

(...) um movimento ideológico, em escala verdadeiramente mundial, como o capitalismo jamais havia produzido no passado. Trata-se de um corpo de doutrina coerente, autoconsciente, militante, lucidamente decidido a transformar todo o mundo à sua imagem, em sua ambição estrutural e sua extensão internacional. Política e ideologicamente, (...) o neoliberalismo alcançou um êxito num grau com o qual seus fundadores provavelmente jamais sonharam, disseminando a simples idéia de que não há alternativas para os seus princípios, que todos, seja confessando ou negando, têm de adaptar-se a suas normas (...) Este fenômeno chama-se hegemonia, ainda que, naturalmente, milhões de pessoas não acreditem em suas receitas e resistam a seus regimes.²⁰

Conclusão

Ao converter a memória em objeto da história no presente, a história do presente nos oferece novas chaves de inteligibilidade do passado, na medida em que se vincula à atualidade e a demanda social, bem como aos objetos concretos da lembrança. Diante dos discursos analisados, fica claro que o historiador deve, além do estudo dos acontecimentos em si, analisar como são elaborados, transmitidos e percebidos no processo de reconstrução ideológica do passado que condiciona a própria percepção do presente pelos diferentes grupos sociais. É perceber por trás da narrativa as estratégias de construção ideológica de uma concepção de mundo. Sua tarefa, então, não se restringe em narrar acontecimentos, mas realizar uma profunda reflexão sobre eles, apontando as representações e a função de elementos integrantes de um determinado imaginário coletivo, pois, apesar de se estabelecer um reconhecimento mútuo da importância de determinado acontecimento histórico, há que se

perceber a reapropriação dele a partir dos valores e da posição que ocupa determinada corrente de opinião no jogo político.

Diante disso, entendemos que o pensamento liberal conseguiu impor determinados significados ao termo “modernização”, por oposição ao que qualificam como “atraso”. Essa dicotomia tem longa tradição nas interpretações do Brasil e foi sistematicamente criticada por, entre outros, Francisco de Oliveira.²¹ Nesse sentido, a existência de um ambiente político, social e econômico favorável às atividades empresariais não pode ser vista como fruto de uma emanção espontânea da economia de mercado, mas, em grande medida, como o resultado da ação consciente e metódica de instituições e agentes, entre os quais os próprios empresários. Por meio da análise qualitativa dos periódicos destacados e das memórias de Roberto Campos, foi possível perceber as estratégias de legitimação e difusão de uma concepção de mundo, assim como o embate travado entre as forças sociais em torno da construção de uma memória coletiva, visto que memória é espaço de poder. Assim, esses instrumentos midiáticos trazem a constituição de uma memória das classes dominantes que objetiva utilizar determinada visão de história para impor seus valores à sociedade como um todo.

Entendemos, por fim, que entre essa concepção de mundo extremamente consumista e a característica desarticulação política dos anos 90 no Brasil interpõe-se uma hegemonia ideológica neoliberal que amparou teoricamente e reconfigurou o conceito de cidadania. A construção desta visão de mundo fundada na valorização demasiada da imagem e do status social, promovido por meio de símbolos de consumo, encontra na ideologia neoliberal seu embasamento teórico e veículo fundamental.

Notas e Referências

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de São João Del-Rei - UFSJ. Orientador: Doutor Eder Jurandir Carneiro. Contato: flaviocaiero@gmail.com

¹ SEVECENKO, Nicolau. A corrida para o século XXI: no loop da montanha russa. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 36.

² GROS, Denise Barbosa. Institutos Liberais e Neoliberalismo no Brasil da Nova República. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heureser, 2003. p. 41.

³ CAMPOS, Roberto de Oliveira. A Lanterna na Popa: memórias. Rio de Janeiro: Topbooks, vol.I, 1994.

⁴ *Ibidem*, p. 74.

⁵ *Ibidem*, p. 172.

⁶ *Ibidem*, p. 166.

⁷ *Ibidem*, p. 182.

⁸ *Ibidem*, p. 164.

⁹ *Ibidem*, p. 75.

¹⁰ GENTILI, Pablo. Pedagogia da Exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação. Petrópolis: Vozes, 2001.

¹¹ GUIMARÃES, Manoel L. S. "O presente do Passado: as artes de Clio em tempos de memória". In: ABREU, Martha, RACHEL, Soihet e GNTTIJO, Rebeca (orgs.). Cultura Política e Leituras do Passado: historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

¹² LE GOFF, Jacques. História e Memória. Campinas: Ed. Unicamp, 2003. O autor faz uma substancial reflexão sobre a noção de "cultura histórica".

¹³ CAMPOS, op. Cit. p. 20.

¹⁴ BAKHTIN, Mikhail. Marxismo e Filosofia da Linguagem. São Paulo, 1995. p.32.

¹⁵ CAMPOS, Roberto de Oliveira. "Um país fora de moda". Revista Veja. São Paulo, Editora Abril, fascículo 1084, p.5, 1989.

¹⁶ *Ibidem*, p.6.

¹⁷ SUASSUNA, Luciano. "Já estamos no socialismo". Revista Veja. São Paulo, Editora Abril, fascículo 1058, p.170, 1988.

¹⁸ NOBREGA, Mailson da. "Sair é um alívio". Revista Veja. São Paulo, Editora Abril, fascículo 1110, p.6. 1989.

¹⁹ GOMES, Angela de Castro. "Cultura Política e Cultura Histórica no Estado Novo". In: ABREU, Martha, RACHEL, Soihet e GNTTIJO, Rebeca (orgs.). Cultura Política e Leituras do Passado: historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 48. Angela de Castro Gomes discute que do mesmo modo que as culturas políticas são plurais, pode haver o confronto de mais de uma cultura histórica.

²⁰ ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: GENTILI, Pablo; SADER, Emir (Orgs.). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 22-23.

²¹ OLIVEIRA, Francisco de. Crítica a razão dualista - O Ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.

Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro: espaço de tradição e de modernidade nas primeiras décadas do século XX

Luciene Pereira Carris Cardoso*

Negligenciada por longo tempo, a história institucional vem sendo retomada pela historiografia francesa recente. De um lado, influenciada pela revisão de alguns autores anglo-saxões, de outro, pelo sopro de renovação que tem impulsionado os estudos de história política, desde o final dos anos 1980, conforme aponta Georg G. Iggers, no livro *Historiography in the Twentieth Century: from scientific objectivity to the postmodern challenge* (1997).¹ As instituições públicas e privadas constituem hoje um novo objeto de estudo que pode ser abordado pela convergência de fatores políticos, sociais e culturais. Já em 1989, na comemoração do bicentenário da *École Normale Supérieure*, diversos historiadores dedicaram-se à problemática da história institucional, ao examinarem a atuação das "Grandes Escolas" na Europa. As discussões ali travadas encontram-se publicadas na obra coletiva *L'apprentissage de Savoir* (1995), em particular, o texto de Jean Starobinski, intitulado "*Le partage de savoirs*".²

Criada em 1883, a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro transformou-se numa estrutura elementar de sociabilidade da Corte Imperial.³ Por lá, circulavam advogados, médicos, engenheiros militares e funcionários públicos. Indivíduos que estavam antenados com as principais correntes teóricas da época, na esteira do que Silvio Romero denominou como um "bando de idéias novas". Defendiam um projeto pragmático de ciência, com a valorização das ciências para solucionar problemas, com incorporação de modelos do exterior, adaptando-os e desenvolvendo-os em consonância com a realidade nacional.⁴